

Deputado quer texto avulso antes do voto

O presidente nacional do PL, deputado Alvaro Valle (RJ), apelou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para que as emendas resultantes de fusão de outras emendas tenham seu texto distribuído, em forma de avulso, antes de serem votadas, por acreditar que da atual forma não há possibilidade de conhecê-lo profundamente.

Quando o texto votado foi distribuído nas subcomissões e comissões, estudado e debatido pela sociedade civil, recebeu parecer do relator, foi debatido na Comissão de Sistematização e distribuído aos constituintes com semana ou meses de antecedência, pode-se votar em plenário com plena consciência. Contudo, acontece que no momento de votação surgem emendas resultantes de fusão de outras emendas e o texto é votado sem que tenha sido impresso, pulando de uma janela diretamente para a Constituição, desprezando todo o trabalho anterior, pois o presidente simplesmente lê o texto, em geral em meio a tumulto.

A proposta de Alvaro Valle é para que isto não volte a acontecer, já que uma palavra é importante. Segundo ele, é necessário que a emenda seja estudada e debatida anteriormente, para que seja efetivamente realizado o trabalho de aprimorar o que a Sistematização aprovou, o que acredita ser possível somente através da distribuição do texto avulso previamente.

Ele exemplifica o problema com a questão do **habeas data**: "Havia dois textos estudados e debatidos, um da Comissão de Sistematização, que permitia o acesso a todos os bancos de dados, inclusive de particulares; outro do **Centrão**, que não só excluía bancos de dados de particulares como impedia o acesso a bancos de dados públicos em matérias de segurança nacional. O do **Centrão** praticamente inviabilizava o **habeas data**, ao subordiná-lo ao conceito de segurança nacional, tirando o direito do cidadão de acesso aos dados a seu respeito de sociedades de proteção ao crédito. O da Sistematização era amplo demais, ao incluir todos os bancos particulares, o que limitava a liberdade de um escritor de ter um banco de dados para seu uso próprio. Chegou-se a um texto que não foi estudado, mas aprovado, que inviabilizava o **habeas data** e o desmoralizava, não prevenindo a hipótese de proteção às investigações criminais".

Alvaro Valle segue dando outro exemplo: "Aprovou-se um texto que obriga aviso prévio à autoridade de todas as reuniões realizadas em via pública. Alguns setores dizem ter havido uma vitória liberal, porque dispensou-se o pedido de autorização, mas deu-se ao Estado um poder de repressão que nunca teve. Quem quiser fazer uma festa de São João em sua vila, pelo texto aprovado, terá que comunicar antes à autoridade e poderá ser punido por não ser feito a comunicação. Se o texto fosse estudado, não teria sido aprovado, mas o foi porque a votação aconteceu segundos depois da emenda ter sido lida".

Maciel lança candidatura de Aureliano

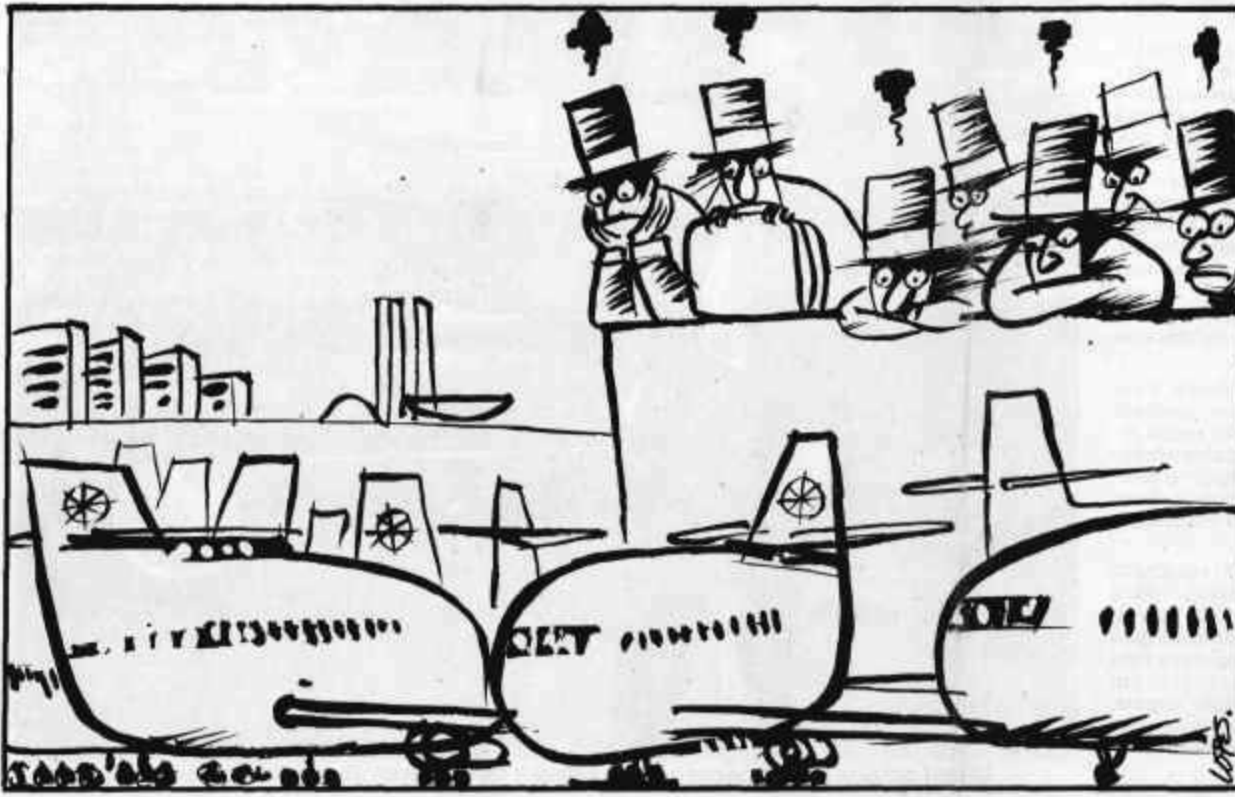
Rio - Ao lançar, ontem na Associação Brasileira de Imprensa (ABI-Rio) o livro "Liberalismo e Justiça Social", o senador Marco Maciel, presidente do Partido da Frente Liberal (PFL), revelou ter certeza de que "a maioria dos constituintes é a favor do presidencialismo o que se poderá verificar, sem dúvida alguma quando chegar a ocasião apropriada". Disse também que o "PFL só está aguardando que a tese do regime presidencial passe na Constituição, para lançar a candidatura de Aureliano Chaves à Presidência da República".

No que se refere à prefeitura do Rio de Janeiro, Marco Maciel acha viável o nome de Hélio Ferraz, pois, no seu entender, "Hélio une juventude e experiência", mas ressaltou que a escolha do candidato está afeta ao diretório do partido no Rio. Falando sobre Aureliano Chaves, Marco Maciel acentuou que ele é acima de tudo, "um homem afinado com os melhores ideais do liberalismo".

Indagado sobre os problemas de corrupção Marco Maciel afirmou que "quanto mais depressa forem as denúncias, melhor para a nação". Criticou as cartazes que apontam alguns constituintes como inimigos do povo, frisando que "democracia é o respeito à lei e à diversidade de opiniões".

Manobra de Ulysses faz deputados voarem

Greve cancela "vôo da folia" mas líder consegue embarcar todos os constituintes



CLAUDIA MOEMA Da Editora de Política

O vôo da folia, fretado pela Varig, que sairia de Brasília ontem ao meio-dia, com destino ao Rio, Salvador e Recife, levando 50 parlamentares, foi cancelado devido à greve dos aeronautas, em São Paulo, de onde sairia o avião. Mas o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, prevendo o tumulto do carnaval, agravado pela paralisação dos grevistas, deixou uma missão com o deputado Jorge Arbage (PDS-PA): articular junto às companhias aéreas, o embarque dos parlamentares. Todo empenho foi necessário e só na manhã de ontem, Arbage conseguiu fazer 12 foliões felizes, e à tarde já considerava a missão realizada — "sou o último a deixar o barco" — dizia satisfeito, acreditando que não teria problemas no seu próprio embarque, à noite com destino ao Pará.

Um dos beneficiários dos poderes de Ulysses foi o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que tinha viagem marcada para Minas, duas horas da tarde, pela Varig. Ligou para Arbage, que conseguiu colocá-lo num vôo da Transbrasil (que não aderiu ao movimento), só que o rumo seria outro: Rio de Janeiro. Foi assim mesmo. Já o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que iria no vôo da folia, ou melhor, "vôo do frevo", como ele mesmo batizou, desistiu e preferiu cair

no samba do Pacotão. "Estava só querendo um motivo", brincou e disse: agora tenho que arrumar uma fantasia. Maurício será o representante, no Pacotão, do "Nós sofre, mas nós goza", um bloco carnavalesco de Recife.

Ele não quis pegar um avião da Transbrasil que iria para Fortaleza e preferiu o ar da capital às areias cearenses. Ao contrário do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) que tinha uma idéia fixa: sair de Brasília não importa para onde. Logo que chegou ao balcão da lista de espera só queria uma informação — se havia algum vôo para o Nordeste e o primeiro que lhe ofereciam, para Fortaleza, deixou sua assinatura. Se tivesse mais sorte, teria viajado na quinta-feira à noite. Naquela dia, existia um avião, com quatro lugares vagos, para Natal, e momentos antes do embarque, 10 parlamentares disputavam os lugares. Democriticamente, resolveram fazer um sorteio e apesar de sua esposa ter sido uma das privilegiadas, preferiu não embarcar sozinha e cedeu sua ida ao deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

INFLUENCIAS

Se em dias normais os políticos conseguem prioridades para embarcar, em momentos de greve vale ainda mais quem possui um "padrinho". Ontem pela manhã, uma senhora chegou à gerência da Transbrasil, no Aeroporto

de Brasília, para pedir informações sobre vôos e ouviu a seguinte resposta do gerente: "está difícil, o governador acabou de me ligar pedindo para fazer de tudo para embarcar a família da Márcia Kubitschek". Autoridades à parte, quem consegue outros meios para deixar Brasília, não pensa duas vezes. Foi o caso do senador Alfredo Campos (PMDB-MG), que pretendia ir para Minas num vôo da Vasp, que sairia às 11 horas. Apelo para um amigo que enviou de Belo Horizonte um avião particular, especialmente, para levá-lo. Outro parlamentar, durante a semana, sobre a possibilidade de pedir ao ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, alguns aviões da FAB. Segundo informou o Assessoria de Imprensa, do Ministério da Aeronáutica, nenhum pedido nesse sentido havia sido feito. Também o fluxo de parlamentares que solicitaram os serviços da Líder Taxi Aéreo foi normal e não houve nenhum acréscimo em função da greve.

Direitos sociais vão ser decididos no voto

Deve começar na próxima semana a votação de um dos capítulos mais polêmicos da nova Constituição: o dos Direitos Sociais. Neste capítulo serão tratados temas como estabilidade de emprego, horas extras em dobro, jornada de trabalho, imprescritibilidade do contrato de trabalho, licença gestante de 120 dias e outros temas ligados aos trabalhadores.

Na fase das comissões e da Comissão de Sistematização, os direitos trabalhistas constantes na Constituição foram estendidos para os trabalhadores rurais. Como o plenário reunido, o assunto voltará à discussão porque o **Centrão** mantém o texto da atual Constituição, ou seja, o enunciado do art. 7º ficando sendo o seguinte: "São direitos dos trabalhadores". O texto aprovado na Comissão de Sistematização é mais abrangente: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social".

Esta será a primeira polêmica a ser tratada na abertura da votação do

Capítulo II "Dos Direitos e Garantias Fundamentais". A segunda será a estabilidade. Depois de muitas rodadas de negociações entre os grupos existentes na Constituinte, não se chegou a nenhum acordo. Também não houve acordo nas reuniões que o **Centrão** manteve com os sindicalistas Luiz Antônio e Rogério Magri, ambos de São Paulo. As centrais sindicais — CUT e CGT, juntamente com o Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) — também não conseguiram nenhum acordo. Uma nova rodada de negociação para se tentar um acordo, acontecerá na quinta-feira próxima, logo na reabertura dos trabalhos da Constituinte.

Os partidos de esquerda prometem ficar pé na reivindicação da jornada de 40 horas semanais. Os textos da Comissão e do **Centrão** são idênticos: a jornada é de 44 horas no máximo e a jornada diária não poderá ser superior a 8 horas.

O pagamento das horas extras em dobro deverá causar polêmica. A Sistematização prevê a remuneração em dobro, mas o **Centrão** quer que elas sejam pagas em cinquenta por cento acima da hora normal.

O inciso 18 do art. 7º trata do aviso prévio. O texto da Comissão de Sistematização institui um aviso proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, e Direito a indenização nos termos da lei. O texto votado do **Centrão** prevê apenas o aviso como um dos direitos dos trabalhadores.

No texto referente às convenções coletivas, o texto do **Centrão** dá maior abrangência, incluindo os acordos coletivos com um dos dois direitos dos trabalhadores.

Um dos temas polêmicos desse capítulo é a imprescritibilidade do contrato de trabalho. Pelo texto aprovado na Sistematização, o trabalhador poderá recorrer de seus direitos até dois anos após o fim do contrato de trabalho. O texto do **Centrão** prevê que o trabalhador pode recorrer até dois anos depois da data da violação do seu direito.

Nova reunião discutirá a estabilidade

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, vai reunir, na próxima sexta-feira, as lideranças partidárias para tentar um acordo em torno da estabilidade no emprego.

O **Centrão** quer que a estabilidade seja garantida mediante indenização a ser fixada em lei complementar. Enquanto a legislação não for fixada, será aplicada uma multa para os casos de demissão imotivada, de 30 a 50 por cento do FGTS.

O grupo que se reuniu no gabinete de Fernando Henrique, na última quinta-feira, formado pelos deputados José Serra (PMDB-SP), Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Antonio Brito (PMDB-RS) e o senador Virgílio Távora (PDS-CE), discutiu a possibilidade de uma multa, em caso de demissão sem justa causa, ser fixada em até 50 por cento do FGTS, e a maioria concordou que essa questão deve ficar no capítulo das disposições transitórias.

Na quarta-feira passada, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco, discutiu a questão da estabilidade com representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Não chegaram a um acordo: Os trabalhadores preferem acompanhar a posição da liderança do PMDB e os empresários desejam colocar na parte permanente a obrigatoriedade de indenização.

Direito dos trabalhadores aguarda fila

Antes de iniciar a votação de um dos pontos mais polêmicos do projeto de Constituição — os direitos dos trabalhadores — a Assembleia terá ainda de apreciar 16 emendas individuais, de caráter aditivo, do capítulo referente aos direitos individuais e coletivos.

A emenda que penaliza o crime do colarinho branco — que passaria a ser considerado como a "maior ofensa ao povo" e, portanto, inafiançável e imprescritível — é de autoria do deputado Maguito Vilela (PMDB/GO). Maguito defende para os crimes de colarinho branco punições que se estendam aos mandantes e executores, insuscetível de graça ou anistia.

Já a proposta que cria o defensor do povo, figura responsável pela apuração de abusos e omissões de qualquer autoridade quando se tratar de desrespeito às normas constitucionais, vem assinada pela deputada Raquel Capiberibe (PMDB/AP).

Entre estas 16 emendas, destacam-se ainda as propostas do deputado Pimenta da Veiga (PMDB/MG), que impede que qualquer documento seja mantido em sigilo por mais de 30 anos e do senador Chagas Rodrigues (PMDB/PI), que obriga que o condenado por homicídio doloso passe 25% de seus bens aos herdeiros e dependentes do assassinado.

Bancada do DF não se entende sobre eleição

Depois de um ano da instalação da Assembleia Constituinte, ainda continua confusa a questão da data para as primeiras eleições de governador do DF, apesar do Projeto da Comissão de Sistematização prevê-las para novembro deste ano. Dividida, a bancada dos 11 parlamentares de Brasília não sabe ainda como atuar quando da votação da matéria, já que o projeto do **Centrão** não faz qualquer referência a essa questão, estabelecendo somente que as eleições para governador e integrantes da futura Assembleia Legislativa do DF serão coincidentes com as do Presidente da República.

Mas se a data para as primeiras eleições divide até mesmo a bancada do DF, o mesmo não acontece com a autonomia política, garantida desde a fase das subcomissões e sustentada por unanimidade na Comissão de Sistematização. No plenário, as perspectivas são de sustentação da matéria, ficando praticamente descartadas as propostas anteriormente apresentadas prevendo prefeito e não governador para Brasília, criação do Estado de Brasília e outras contrárias à autonomia política do DF, por considerá-lo "zona de risco".

Apesar de divididos depois do surgimento do **Centrão**, os constituintes de Brasília caminham para um consenso: a maioria quase absoluta quer eleições ainda este ano. Mesmo o senador Meira Filho (PMDB), que defende cinco anos de mandato para o presidente Sarney, em se tratando de suas bases, apóia a proposta "Fora Aparecido, Já". Ele tem até uma emenda para ser votada em plenário, propondo eleições para o DF, até 60 dias após promulgada a nova Constituição.

Dos cinco parlamentares do DF que integram o **Centrão**, o único a continuar contra eleições este ano para Brasília é o deputado Francisco Carne-

iro (PMDB). Para ele, eleições em 15 de novembro de 88 "é um absurdo", porque seria criar um atropelamento à ordem natural dos fatos. Carneiro acha que depois de promulgada a nova Constituição é preciso dar tempo aos parlamentares para elaborarem as leis complementares, que definirão inclusive maior dependência econômica para o Distrito Federal. Somente depois disso é que o deputado entende que devam ser realizadas as primeiras eleições em Brasília. "Eleições este ano é colocar o carro diante dos bois", disse ele.

Já o senador Maurício Corrêa (PDT), um dos mais fortes candidatos para disputar, hoje, uma eleição em Brasília, apóia e briga pelas eleições este ano, mas sem o mandato-tampão, conforme ficou definido pela Comissão de Sistematização. Para derrubar esse mandato de dois anos, que considera totalmente improdutivo e ao qual não aceitaria concorrer — "não dá para um administrador fazer nada em dois anos" — ele propõe em uma emenda a ser apresentada ao plenário, em que as eleições para governador e deputados de Brasília sejam realizadas ainda este ano, mas



Meira Filho

Técnico preside a sessão-teste

Com a ausência de parlamentares que foram passar o carnaval em seus estados, o plenário da Constituinte viveu ontem momentos inéditos. O deputado Ulysses Guimarães foi substituído, por duas vezes, pelo técnico em computação, Adelmo Pilger, que presidiu a sessão de teste do sistema eletrônico de votações da Câmara. No lugar dos deputados e senadores sentaram centenas de funcionários do Congresso que votaram segundo o ritual feito diariamente pelos parlamentares.

A sessão da manhã, acompanhada por mais de seis técnicos de São Paulo e por outros 10 que trabalham no sistema eletrônico da Câmara, foi rápida. No terceiro teste, o único que não registrou votos duplos ou irregulares, o técnico Adelmo Pilger suspendeu sua sessão.

Cada funcionário recebeu uma ficha com o nome de um parlamentar, seu número de inscrição e a senha. Com o código na mão,

o funcionário cumpriu as orientações do técnico: digitou o código, acionou a opção de voto e, simultaneamente, uma chave que fica abaixo da mesa de votação dos constituintes.

Paralelo aos testes, que serão feitos até a próxima terça-feira, os técnicos estão também trabalhando para identificar o autor da fraude que ocorreu durante a votação do direito de propriedade, quando foi computado o voto do deputado Sarney Filho (PFL/MA).

Pianista não vai ter perdão

O presidente da comissão que apura a fraude na votação sobre o direito de propriedade, senador Virgílio Távora, garantiu ontem que "não haverá nenhum tipo de apadinhamento, cumplicidade ou vedetismo" no trabalho da comissão, e que o constituinte que votou irregularmente em nome do deputado Sarney Filho "será apontado publicamente", com todas as letras.

Nos próximos dias, o se-

nador receberá dos técnicos que operam o computador do painel eletrônico os nomes dos seis deputados que podem identificar o autor da fraude. Será identificada a cadeira em que votou o infrator como se fosse Sarney Filho e os nomes dos quatro deputados que estavam junto a ele, uma à esquerda, uma à direita, uma à frente e outra atrás. Se ele votou na bancada de votos avulsos, será possível aos técnicos identificar os

parlamentares que votaram imediatamente antes e depois.

O senador conta com a fita da Rede Globo gravada durante a votação, esperando que seja possível identificar nas imagens a localização exata do autor da fraude, a partir dos parlamentares que estavam com ele. O senador não quis se manifestar sobre a punição possível, alegando que a decisão não cabe exclusivamente à Mesa.

Mulheres contra aborto na Carta

As mulheres não consideram aborto um assunto constitucional e temem que se ele entrar na Constituição possa haver um retrocesso na legislação vigente, que o permite nos casos de estupro ou risco de vida da mãe.

Por isso, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, enviou uma carta a todos os constituintes, argumentando e pedindo o seguinte: o debate so-

bre esta matéria é extremamente complexo e polêmico e encontra-se, ainda, no Brasil, em estágio inicial; aos grupos diretamente envolvidos com esta temática — mulheres, médicos, advogados e psicólogos — necessitam maiores subsídios para uma posição mais embasada, tanto científica como legalmente; a análise das Constituições modernas tem demonstrado que esta matéria não é considerada princípio constitucional,

sendo, inclusive, objeto de plebiscitos nacionais em diversos países democráticos.

"Mediante as considerações acima — alerta — vimos alertar a V. Exa. sobre o perigo de aprovar emendas que contemplem a questão do direito à vida desde a concepção, pois estas correrão o risco de se tornarem impositivas e prematuras na medida em que não refletem o consenso da sociedade civil".